Brasília, 23 de junho de 2021.

Av. das Araucárias, Lote 4530, Bloco A 1404

Brasília - DF, Brazil

71936-250

+55 61 99189.3241   
[www.sideraconsult.com](https://www.sideraconsult.com/) 

**SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL E INTERESSE PÚBLICO - SDCOM**

**Secretaria de Comércio Exterior – SECEX**

**Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais - SECINT**

**Ministério da Economia**

Esplanada dos Ministérios. Bloco J. - 4° Andar - Zona Cívico-Administrativa

Brasília - DF, Brasil - CEP 70.053-900

**A/C: Ilma. Sra. Subsecretária Amanda Athayde**

Re.: Consulta Pública – Circular nº 36, de 21 de maio de 2021 - Proposta de transição da condução dos processos de defesa comercial do Sistema Decom Digital (SDD) para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

**Ilmos. Senhoras e Senhores,**

**Sidera Consult – Market Access and Expansion**, consultoria multidisciplinar com ênfase em Comércio Internacional, Interface Governamental, Direito e Economia, gostaria de apresentar as suas sugestões a respeito da proposta de Portaria para transição dos processos de defesa comercial do Sistema Decom Digital (SDD) para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme disposto na Circular SECEX nº 36 de 21 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 24 de maio de 2021.

A Sidera considera que as sugestões de modificações que estamos propondo trarão mais esclarecimentos e previsibilidade para as partes interessadas e envolvidas nos processos de Defesa Comercial e de Interesse Público.

Apresentamos a seguir as justificativas para as alterações e ficamos à disposição para prestar esclarecimentos complementares caso sejam necessários.

Atenciosamente,

|  |  |
| --- | --- |
| C:\Users\Rafael\Dropbox (SIDERA)\Go Int. Trade Solutions\Sidera (Admin)\Institucional\AssinaturaDigital\Assinatura RF.jpg |  |
| **Rafael Ferrão** | **Roland Veras Saldanha Jr.** |

**SUGESTÕES DE ALTERAÇÕES À PROPOSTA DE TRANSIÇÃO DOS PROCESSOS DE DEFESA COMERCIAL DO SISTEMA DECOM DIGITAL (SDD) PARA O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)**

1. **Alteração no Art. 3° da minuta da Portaria**

**Texto Original: “***Nos termos do art. 17 da Lei nº 12.995, de 2014, todos os atos  
processuais das investigações e procedimentos a que se refere o art. 1º deverão ser  
assinados digitalmente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da  
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, de forma a manter a  
integridade, a autenticidade, a interoperabilidade e, quando necessário, a  
confidencialidade dos documentos.*

*Parágrafo único. Para fins de atendimento ao disposto no* ***caput****, todos os  
documentos deverão ser assinados digitalmente por representante legal habilitado da parte interessada correspondente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil antes do seu envio no SEI/ME, sejam eles documentos nato-digitais ou  
digitalizados.”*

**Comentário e Solicitação:**

Consideramos que o **ideal seria uma única assinatura eletrônica na carta de encaminhamento do documento, que deverá coincidir com os representantes legais e seus perfis de usuário do SEI.**

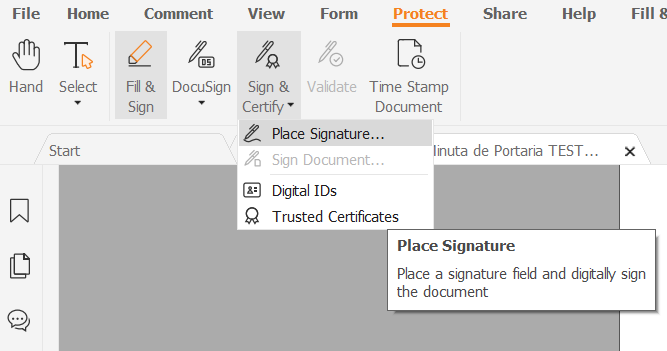
**Sugestão de Texto: “***Nos termos do art. 17 da Lei nº 12.995, de 2014, todos os atos  
processuais das investigações e procedimentos a que se refere o art. 1º deverão ser  
assinados digitalmente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da  
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, de forma a manter a  
integridade, a autenticidade, a interoperabilidade e, quando necessário, a  
confidencialidade dos documentos.*

*§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no* ***caput****,* ***a carta de encaminhamento dos  
documentos enviados deverá*** *ser assinada digitalmente por representante legal habilitado da parte interessada correspondente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil antes do seu envio no SEI/ME, sejam eles documentos nato-digitais ou digitalizados.*

Caso isso não seja possível, apresentamos a seguir algumas sugestões.

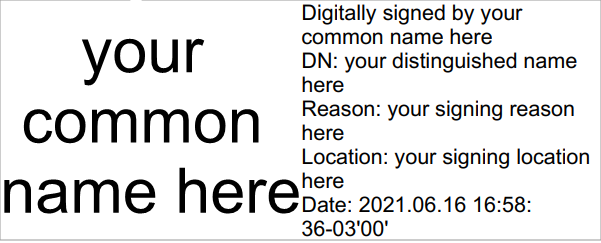
Os programas Word, Excel e PowerPoint possuem a opção de assinaturas digitais invisíveis[[1]](#footnote-2), mas note que alguns programas de arquivos PDF solicitam a inserção de uma assinatura digital aposta no documento.

***Exemplo: Programa Foxit PDF Reader – Opção de inserção de assinatura em algum local do arquivo PDF***



***Exemplo***

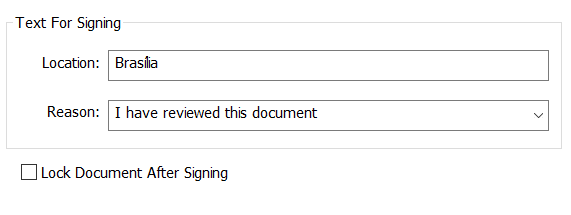
***Programa Foxit PDF Reader – Assinatura digital que será aposta em algum local do arquivo PDF***



Além disso, determinados programas possuem opções de bloqueio às alterações do conteúdo, criptografia, inserção de senhas etc.

***Exemplo***

***Programa Foxit PDF Reader – Opção de bloqueio no momento da assinatura***



Uma vez que determinados programas possuem opções de bloqueio às alterações do conteúdo, criptografia, inserção de senhas, inserção de assinatura visível no documento, etc., portanto, **sugerimos que sejam informadas mais algumas referências de como devem ser inseridas as assinaturas digitais, para fins de esclarecimento**.

Também gostaríamos de sugerir **um “período de teste” nos três primeiros meses de investigação para que os usuários, caso façam a assinatura digital de uma forma que pareça inadequada à SDCOM, não tenham seus documentos desconsiderados, e sejam devidamente orientados para se adequarem ao que a SDCOM necessita**.

Além disso, entendemos que, eventualmente, arquivos possam apresentar problemas técnicos no momento de assinar digitalmente, ou até mesmo, uma vez que a quantidade de arquivos que uma submissão de questionário, petições de solicitação de investigação/revisão etc., é enorme, algum arquivo fique sem a certificação digital.

Portanto, **entendemos que seria importante a flexibilização do recebimento de arquivos que não possuam a assinatura eletrônica, onde a SDCOM poderia solicitar o reenvio do arquivo quando identificada a falta de assinatura eletrônica, desde que o conteúdo não tenha sido alterado**.

**Sugestão de Texto: “***Nos termos do art. 17 da Lei nº 12.995, de 2014, todos os atos  
processuais das investigações e procedimentos a que se refere o art. 1º deverão ser  
assinados digitalmente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da  
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, de forma a manter a  
integridade, a autenticidade, a interoperabilidade e, quando necessário, a  
confidencialidade dos documentos.*

*§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no* ***caput****, todos os  
documentos deverão ser assinados digitalmente por representante legal habilitado da parte interessada correspondente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil antes do seu envio no SEI/ME, sejam eles documentos nato-digitais ou  
digitalizados,* ***sem a necessidade de bloqueio de edição, inserção de senhas ou criptografias, e com a assinatura aposta em qualquer local do arquivo, nos casos em que o programa nativo do documento solicite a inserção de assinatura visível no documento****.”*

***§ 2º Caso algum arquivo submetido não possua a devida assinatura digital, a SDCOM solicitará o reenvio de um novo arquivo com a devida assinatura digital, desde que o seu conteúdo seja idêntico ao arquivo previamente enviado, dando um prazo de 3 dias para a reapresentação, contados a partir da comunicação oficial emitida, podendo ser utilizado para este fim o e-mail oficial da investigação.***

1. **Alteração no Art. 6° da minuta da Portaria**

**Texto Original:** *Art. 6º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, sempre que julgar necessário, poderá requisitar o documento original que tenha sido apresentado  
digitalizado, o qual deverá ser entregue no prazo de cinco dias, contado da data de ciência,  
prorrogável uma única vez por igual período.*

*§ 1º Caso o detentor do documento indicado no parágrafo anterior não atenda  
a requisição da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público no prazo  
especificado, o documento digitalizado poderá ser desconsiderado.*

*§ 2º Os originais dos documentos digitalizados que forem submetidos à  
Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público deverão ser preservados pelo seu  
detentor até que ocorram os prazos prescricionais e decadenciais estabelecidos nas leis  
próprias.*

**Comentário e Solicitação:**

Entendemos quelimitar o prazo de entrega de documentos originais em 10 dias pode causar problemas quando eventuais documentos que porventura tenham que ser remetidos do exterior. Portanto, sugerimos que seja mantido o texto da Portaria nº 30, de 7 de junho de 2018, em que os prazos podem ser mais flexíveis, garantindo que qualquer documentação possa ser entregue em tempo razoável para a devida análise.

**Sugestão de Texto:** *Art. 6º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, sempre que julgar necessário, poderá requisitar o documento original que tenha sido apresentado digitalizado,* ***que deverá ser entregue no prazo especificado na comunicação de solicitação****.*

*§ 1º Caso o detentor do documento indicado no parágrafo anterior não atenda  
a requisição da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público no prazo  
especificado, o documento digitalizado poderá ser desconsiderado.*

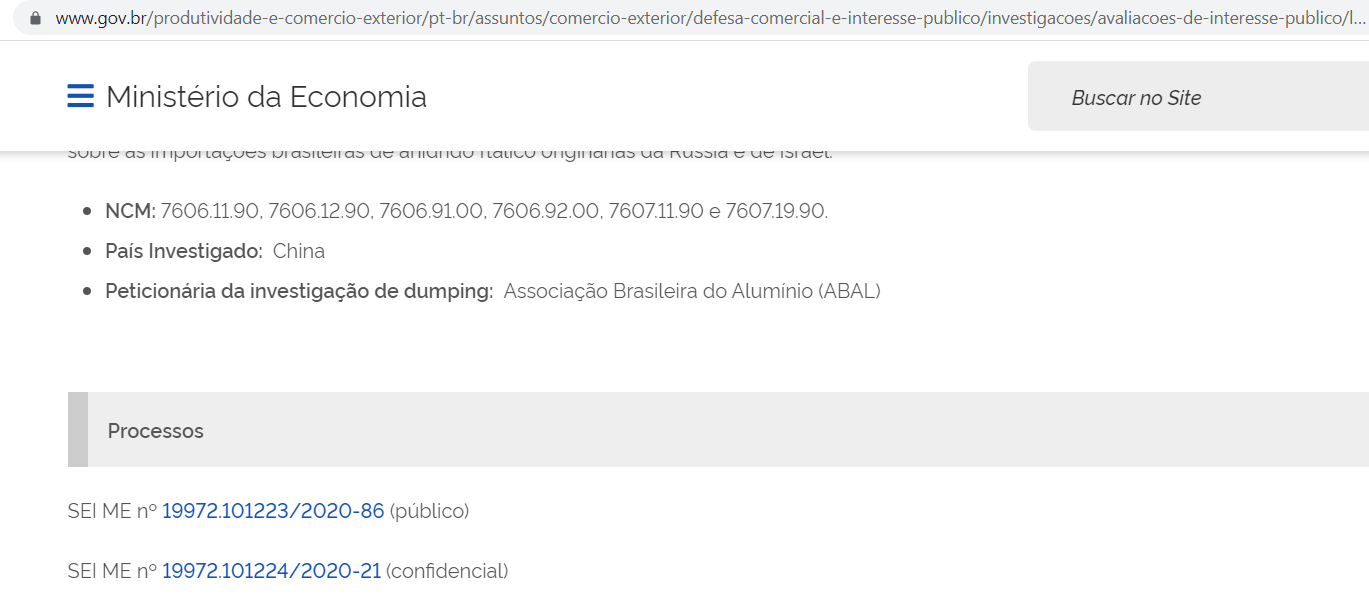
*§ 2º Os originais dos documentos digitalizados que forem submetidos à  
Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público deverão ser preservados pelo seu  
detentor até que ocorram os prazos prescricionais e decadenciais estabelecidos nas leis  
próprias.*

1. **Sugestão adicional**

Gostaríamos de sugerir, respeitosamente, que sejam disponibilizados e mantidos, nas páginas de cada uma das investigações/revisões, os links para acessar os autos (público, restrito e confidencial) no sistema SEI, nos mesmos moldes do que ocorre hoje em dia nas páginas dos procedimentos de Interesse Público.

***Exemplo***

***Sítio Eletrônico de procedimento de Interesse Público***



1. <https://support.microsoft.com/pt-br/topic/adicionar-ou-remover-uma-assinatura-digital-em-arquivos-do-office-70d26dc9-be10-46f1-8efa-719c8b3f1a2d> [↑](#footnote-ref-2)